

A educação para o empreendedorismo: tecendo um novo sentido ao processo educativo

ARTIGO DE REVISÃO

OLIVEIRA, Patrícia de Souza ^[1], FONSECA, Regina Maria Silva ^[2]

OLIVEIRA, Patrícia de Souza. FONSECA, Regina Maria Silva. **A educação para o empreendedorismo: tecendo um novo sentido ao processo educativo**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 10, Vol. 01, pp. 63-81 Outubro de 2018. ISSN:2448-0959

RESUMO

O sentido do ato educativo tem estado cada vez mais incerto. Os professores, muitas vezes, já não possuem um foco claro do que precisam fazer e por que precisam fazer, assim como os alunos, cuja motivação em estudar tem ficado cada vez mais esvanecida diante do descompasso entre o que é aprendido e o que se gostaria de aprender. A percepção da sociedade quanto ao sentido do ato educativo não é diferente. Se antes ela via a escola como uma propulsora imediata da melhoria da qualidade de vida das futuras gerações, hoje, percebe que a simples escolarização não é suficiente para promover o desenvolvimento econômico da população mais carente. É preciso mais. Nessa perspectiva, precisamos de um projeto educacional que possa, de fato, atender a todas as demandas dos atores sociais supracitados. Pensando nisso, o presente artigo visa refletir acerca da educação para o empreendedorismo como possibilidade de tecer um novo sentido ao processo educativo. Para tanto, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, amparando-se em autores como: Dolabela (2003), Gadotti (2003, 1992) e Morin (1999, 2003, 2005). E como resultado, pode-se compreender que a educação para o empreendedorismo reconstrói sentidos para alunos, professores e para a sociedade, além de quebrar o ciclo de negação da participação das camadas mais pobres no processo de geração de renda, culminando com o desenvolvimento econômico e social de toda a população.

Palavras-chave: Educação, Empreendedorismo, Habilidades empreendedoras.

INTRODUÇÃO

O cenário da educação pública na atualidade sofre de uma crise com múltiplas raízes claramente perceptíveis. A educação tradicional não consegue despertar nas crianças o interesse e a motivação necessários para seu desenvolvimento pleno. Como reflexo disso, produz-se uma sociedade majoritariamente pobre, acrítica, desmotivada e que vê na escolarização mais um problema do que uma solução. Onde os maiores desafios baseiam-se em “pegar nota dez”, receber um certificado ao final do ano e após o término das etapas escolares, procurar um emprego que possa garantir a sobrevivência, num círculo vicioso de insucesso econômico e infelicidade pessoal.

Desta forma, o sentido do ato educativo vem ficando, paulatinamente, mais incerto e debilitado. Os professores, muitas vezes, já não possuem um foco claro do que precisam fazer e aonde precisam chegar. Veem-se confusos diante da escolha entre o ensino puramente voltada para a mão de obra e a formação

puramente voltada para a reflexão e desenvolvimento de senso crítico. E os alunos, frequentemente acabam sem saber o que a educação poderia fazer por eles, tendo em vista a falta de diálogo entre as necessidades sociais da contemporaneidade e a escola. Poucos percebem a necessidade de um direcionamento sólido, que pudesse aglutinar os anseios de todos os personagens do processo educativo, amalgamando formação do senso crítico e crescimento econômico.

Nesse sentido, é preciso fazer algo para a melhoria da educação de nossas crianças, para a renovação de metas e sentidos, para o despertar do interesse pela escola, e para o aumento da geração de renda entre os mais pobres (um dos maiores anseios da sociedade), através do respeito a sua autonomia e protagonismo.

Nesse cenário, o ensino voltado ao empreendedorismo apresenta-se como um caminho possível para as problemáticas mencionadas, a fim de reconstruir uma meta coletiva para dar um novo sentido à prática educativa para educadores e educandos, renovando teorias, práticas e objetivos.

Pensando nisso, o presente artigo objetivou refletir acerca da educação para o empreendedorismo como possibilidade de tecer um novo sentido ao processo educativo. Para tanto, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, sendo os principais autores: Dolabela (2003), Gadotti (2003, 1992) e Morin (1999, 2003, 2005).

1. O SENTIDO DO PROCESSO EDUCATIVO NA ATUALIDADE

O artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação assevera que “a educação [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Apesar de claro e sucinto, o objetivo da educação nacional dá margem para distintas ramificações, sobretudo no que tange à qualificação para o trabalho.

Larangeiras (in CATTANI, 2002, p.257) aponta a polissemia desse conceito, ao frisar que a discussão sobre qualificação é complexa e polêmica, afinal, devem-se considerar as habilidades do trabalhador ou os requisitos do posto de trabalho? Dolabela (2003) enfatiza a importância da formação de habilidades humanas, em detrimento de habilidades técnicas voltadas à pura operacionalização.

Todavia, essa discussão não tem estado muito clara à comunidade docente e à sociedade. Gadotti (2003, p.14) afirma que “perdemos o sentido do que fazemos, lutamos por salário e melhores condições do trabalho sem esclarecer a sociedade sobre a finalidade de nossa profissão, sem justificar porque estamos lutando”. Isso pode ser visto como causa e consequência da falta de diálogo entre escola e comunidade, assim como também pode ser, na realidade, falta de diálogo entre a própria comunidade docente.

Sob a perspectiva discente o problema é ainda maior. Muitos não sabem definir objetivamente o sentido do processo educativo, e entre os que sabem, muitos não possuem plena compreensão das relações de causalidade presentes no cotidiano escolar, isto é, sabem que o papel da educação é proporcionar uma vida melhor em todos os sentidos, no entanto, não entendem como verbos, predicados e fórmulas matemáticas vão lhe ajudar a conseguir isso. Assim, sentem-se desmotivados a aprender. Sobre isso, Bzuneck e Boruchovitch (2001, p.13) salientam que:

A motivação tornou-se um problema de ponta em educação, pela simples constatação de que, em paridade de outras condições, sua ausência representa queda de investimento pessoal de qualidade nas tarefas de

aprendizagem. Alunos desmotivados estudam muito pouco ou nada e, conseqüentemente aprendem muito pouco.

Desse modo, não há aprendizagem sem motivação, e não há motivação sem viver com sentido. Se assim for, Gadotti (2003, p.47) fala que “o aluno resistirá à aprendizagem, será indiferente ao que o professor estiver ensinando. Ele só aprende quando quer aprender e só quer aprender quando vê na aprendizagem algum sentido”. Daí a importância de impregnar o processo educativo com o esclarecimento acerca da possibilidade de concretização das necessidades e sonhos individuais.

Para tanto, o autor sugere que professor deve abandonar a concepção predominante de mero transmissor do saber e executor do currículo oficial, e passar a assumir uma postura mais dialógica e contextual, reconhecendo o desenvolvimento de atitudes tão importantes quanto o domínio dos conteúdos científicos. Tal mudança se faz imprescindível tendo em vista o hábito nocivo da educação tradicional em buscar desenvolver conhecimentos, mas não as habilidades necessárias para fazer uso desses conhecimentos.

Diante do exposto, torna-se nítida a necessidade de pensarmos em novos caminhos para a educação no Brasil, sendo um deles a educação voltada ao empreendedorismo, conceito cujo significado nada unívoco evoca uma série de ideais pré-concebidas para alguns, e sonhos lúcidos para outros.

2. O QUE É EMPREENDEDORISMO

Empreendedorismo é um termo pouco difundido nos ambientes educacionais, contudo, seu entendimento pode trazer uma grande inspiração para educadores que estão em constante busca pela renovação de sua prática docente. Acerca dessa temática, Dornelas (2007) esclarece que um empresário não necessariamente é um empreendedor, se apenas reproduz uma ideia sem nenhum ingrediente inovador, assim como empreendedor não necessariamente é um empresário, se opta por não abrir uma empresa. O empreendedorismo, portanto, está diretamente ligado à ideia de inovação, e não necessariamente à abertura de empresas. Este é apenas um dos muitos caminhos que ele pode seguir.

De acordo com Dornelas (2008) o termo empreendedor tem registros desde o século XIII na língua francesa (*entrepreneur*), significava assumir riscos começando algo novo, abrangendo as mais diversas atividades dentro da sociedade francesa durante aquele período. Somente a partir do século XVIII o termo passou a ser diretamente associado ao pensamento de crescimento econômico.

Contudo, urge destacar que, historicamente, o conceito de empreendedorismo manteve-se do século XVIII ao século XX atrelado a ideia de abertura de empresas, ainda que atualmente ele apresente-se com uma roupagem inteiramente nova. Para entendê-la, é mister compreender certos aspectos históricos que permeiam o termo. Segundo Fonseca (1998) a palavra tal como conhecemos hoje popularizou-se por volta dos séculos XVII e XVIII, na França, através do economista Jean Baptiste Say, que se referiu ao empreendedor como sendo o indivíduo capaz de viabilizar a manipulação de recursos de baixa produtividade com rentabilidade e um maior retorno econômico. Já no século XX, o economista austríaco Joseph Schumpeter definiu o empreendedorismo como o desempenho de agentes de promoção com alto grau de potencial de inovação por meio do desenvolvimento tecnológico.

Mas com a globalização econômica, especialmente após 1980, grandes transformações vêm acontecendo no campo econômico do mundo todo. O significado de empreendedorismo passou por um processo de

transformação radical, sobretudo devido à união de três grandes forças apresentadas por Fonseca (1997, p.02):

1) a terceira revolução tecnológica (inteligência artificial; tecnologias ligadas a busca, processamento, difusão e transmissão de informações; engenharia genética); 2) a formação da área de livre comércio e blocos econômicos interligados [...]; 3) a crescente interligação patrimonial e a interdependência dos mercados industriais e financeiros, em escala planetária, ou seja, não apenas entre as principais economias capitalistas, mas com participação também dos países socialistas.

Tais forças trouxeram grandes e novos desafios para a sociedade global. Anteriormente, as características do padrão *taylorista/fordista*^[3] e sua produção em massa satisfaziam as demandas do mercado. Mas após a revolução tecnológica, a formação de áreas de livre comércio, e a interligação patrimonial entre mercados, a lógica do capital se transformou completamente. Agora já não é possível gerar riquezas somente possuindo bens de produção (máquinas e tecnologias), é preciso habilidades e competências humanas específicas que possam geri-las corretamente. Desta forma, Dolabela (2003, p.23) afirma que o *know-how*^[4] (técnicas para fazer algo), peça chave nas relações de trabalho nos últimos séculos, é substituído por outro modelo: “a capacidade de gerar novos conhecimentos e identificar oportunidades (conteúdos), em uma relação de interdependência (autonomia relativa), sob a forma empreendedora”.

Em virtude disso, atualmente são muitas as conceituações teóricas acerca da caracterização do empreendedorismo. Kaufmann (1990) afirma que a capacidade empreendedora está presente na habilidade de um sujeito de inovar, de se expor a riscos, mas de forma sábia, além de se adequar às contínuas mudanças do ambiente de uma forma rápida e eficiente. Fillion (1991 *apud* DOLABELA, 2003) demonstra as etapas básicas para o empreendedorismo, ao falar que empreendedor é aquele que imagina, desenvolve e realiza visões.

Mas apesar das evidentes vantagens de assumir-se como empreendedor, nossa cultura ainda não reconheceu isso. Brito e Wever (2004), parafraseando Mark Barsink, ressaltam que nos Estados Unidos o empreendedor é visto como um verdadeiro herói, enquanto no Brasil, ele é olhado como um empregado que não deu certo, e deu um jeito de continuar vivendo. Desta forma, o brasileiro tende a olhar para o empreendedor com maus olhos, o que muitas vezes deve-se a não compreensão do que de fato ele representa.

Sob o paradigma organizacional, Gerber (2004) conceitua três personagens: o empreendedor (com características visionárias, inovadoras, futuristas e voltadas a detecção de oportunidades); o administrador (voltado ao pragmatismo, à organização e ao passado); e o técnico (voltado à execução de tarefas e ao presente). O autor adverte que, se houver um descuido, o empreendedor corre o risco de se tornar um mero técnico, deixando de lado toda a energia que lhe fizera começar seu negócio, e concentrando-se no trabalho tal como uma máquina configurada para o piloto automático.

A formação de técnicos é o que vem sendo trabalhado em muitas escolas na contemporaneidade, o que vai completamente de encontro à formação do espírito empreendedor, cuja importância há muito tempo fora descoberta pelos países de primeiro mundo, mas não pela sociedade brasileira.

3. EDUCAÇÃO, POBREZA E EMPREENDEDORISMO

A relação entre escolarização de qualidade e geração de renda é claramente perceptível^[5]. O que se precisa discutir é que tipo de geração de renda interessa à escola pública: se formação de mão de obra técnica para servir ao aumento e concentração de renda nas mãos de poucos, ou para a geração de renda entre os mais pobres, e conseqüente diminuição das iniquidades sociais.

Nesse sentido há uma ideia, muito difundida como uma terceira via, de que é perfeitamente possível distribuir a riqueza concentrando-a nas mãos de poucos capazes de fomentar a justiça social. A crença na justiça vinda “de cima” geralmente diz respeito à proteção do Estado. Contudo, Dolabela (2003, p.25) traz seguinte problemática:

[...] se distribuímos igualmente entre os habitantes de uma comunidade com grandes diferenças sociais (como no Brasil) um certo valor em dinheiro e avaliarmos o que dele foi feito após alguns anos, provavelmente constataremos que aqueles que já possuíam conhecimento e poder conseguiram manter ou fazer crescer o capital, enquanto os despreparados o consumiram para sobreviver. [...] para que todos tirem proveito do crescimento econômico, é preciso alterar os fluxos e caminhos da renda, da riqueza e do conhecimento por meio de investimentos na formação de capital humano e social, e na capacitação para construir democracia e cooperação.

É fato que o Estado brasileiro muitas vezes contribuiu para o desenvolvimento do país através de programas sociais e políticas públicas de qualidade; é fato que temos que continuar lutando por nossos direitos e fiscalizando a conduta dos políticos no trabalho com o dinheiro público. Contudo, também é fato que nenhuma dessas medidas foi capaz de sanar completamente o problema da extrema pobreza e da baixa renda, e, portanto, não podemos ficar esperando por tudo isso de braços cruzados. Precisamos, urgentemente, fazer algo a respeito. Precisamos recuperar a autoestima e a autonomia aparentemente perdidas em algum lugar de nossa História.

O capítulo intitulado “A revolução empreendedora global para um mundo mais horizontal” do livro de Adams (et al. 2014) afirma que o empreendedorismo pode ser um caminho que dialoga tanto com os problemas educacionais vigentes como com a pobreza que ainda vigora no país. Os autores falam que tanto a nível federal, como estadual e municipal, o estímulo ao empreendedorismo vem se tornando a peça central para o desenvolvimento econômico e social de pequenas ou grandes comunidades, promovendo, desta forma, um crescimento socioeconômico mais horizontal – ao favorecer as camadas mais pobres da sociedade –, ao invés de vertical.

Diante disso, o empreendedorismo do século XXI já não possui as mesmas características – objetivos ou métodos – que tinha há alguns séculos atrás. Sobretudo no Brasil, os ambientes de produção e educação sempre mantiveram uma relação marcada, por um lado, pelos grandes empresários que importavam tecnologia e, por outro, pelos sistemas de ensino que se encarregavam pela formação técnica para operar tal tecnologia, e não necessariamente para gerá-la. Desta forma, por muito tempo os saberes ficaram isolados nos seus respectivos âmbitos de atuação, perpetuando a hegemonia socioeconômica. Porém, o empreendedorismo do século XXI transformou essa relação, e está desconstruindo cada vez mais a imobilidade social. O que antes dizia respeito à formação para subserviência, hoje, visa a autonomia.

4. EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: UMA RESPOSTA INESPERADA AOS MÚLTIPLOS ANSEIOS

O maior desejo dos professores é a aprendizagem dos alunos, o maior desejo dos alunos é ter uma aprendizagem mais prazerosa e com significado claro, e o maior desejo da sociedade é que a escolarização possa promover a melhoria da qualidade de vida das futuras gerações. Um caminho possível para todos os anseios supracitados seria a inserção da Educação Empreendedora no ambiente escolar.

Atualmente alguns eixos tem norteado esse ideal, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96), os Quatro Pilares da Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que tem criado diversos programas de incentivo em inúmeros ambientes sociais, inclusive dentro das escolas. Os grandes sistemas educativos que defendem o Empreendedorismo estão se consolidando progressivamente, mas chegam às escolas pelo país ainda de maneira tímida, e com ações pontuais.

O SEBRAE (2017) vem desenvolvendo um projeto voltado ao Ensino Fundamental chamado “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP), destinado a fomentar a educação e cultura empreendedora nessa etapa do ensino. O projeto pretende apresentar práticas de aprendizagem, considerando a capacidade autônoma do aluno para aprender, além de desenvolver atributos e atitudes necessárias para a gerência da própria vida a nível pessoal, profissional e social, com uma visão que vai ao encontro dos Quatro Pilares da Educação (Aprender a aprender; Aprender a fazer; Aprender a conviver; e Aprender a ser) apresentados pelo Relatório da UNESCO para a educação do século XXI. Em 2013 cerca de 3.162 professores de 320 escolas foram capacitados para atuarem com a proposta do JEPP, envolvendo 80. 587 estudantes dos 9 anos do ensino fundamental. E em todo o Brasil, a expectativa do SEBRAE é chegar a 696.150 estudantes do ensino fundamental no biênio 2014-2015.

Ademais, o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) presente em Brasil (1996, p.19) estabelece que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Portanto, a LDB exige a construção de uma parte correspondente à identidade regional no currículo de cada instituição de ensino. Nessa perspectiva, cada escola deve adotar um currículo amparado pela base nacional comum, mas que tenha características próprias, mais precisamente, advindas no contexto sociocultural na qual está inserida. Seja através da interdisciplinaridade, da reformulação de currículos ou de projetos pedagógicos, o ensino do empreendedorismo poderia estar presente em cada sala de aula, de cada pequena cidade do país. É claro, sempre adaptado às necessidades e especificidades de cada microrregião.

4.1 O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO

Deffune e Depresbiteres (2002) evidenciam que a escola deveria proporcionar aos educandos múltiplas possibilidades para a construção da polivalência, através de maior flexibilidade do currículo e das formas de ensino. Pensando nisso, é preciso ressaltar que o trabalho não é sinônimo de emprego, posto que o

primeiro pode se manifestar na forma de uma atividade por conta própria. Desta forma, a escola deveria trabalhar com as mais diversas formações para o trabalho em suas mais diversas facetas, sobretudo, a partir de um paradigma voltado à autogestão. Com esse tipo de prática poderemos construir uma sociedade que possa integrar, ao invés de excluir e segregar os cidadãos.

Outro aspecto importante nessa proposta é a possibilidade de redução dos papéis de gênero que desde cedo tendem a diferenciar as crianças, realçando a ideia de que somente os homens são associados aos papéis de direção, como assevera Bandura (1986 apud MENDES, 2011). O empreendedor baseia-se numa atitude, e não em um gênero, portanto, todos podem sê-lo.

As características físicas não são impedimentos nesse processo, porém, as particularidades inerentes às personalidades dos alunos devem ser consideradas, não na tentativa de igualá-las, mas de desenvolvê-las buscando o seu potencial máximo. Isso pode ajudar a promover a aprendizagem dos alunos, aumentando sua autoestima e fazendo-os perceber o quão importante são.

Gardner (1995, p.21) ressalta que o maior desafio dentro do processo educativo “é conhecer cada criança como ela realmente é, saber o que ela é capaz de fazer e centrar a educação nas capacidades, forças e interesses dessa criança”. Assim, o professor seria uma espécie de antropólogo, que observa a criança cuidadosamente, e também um orientador, que a ajuda a atingir os objetivos estabelecidos pela escola. Como explicita Dolabela (2003, p.104):

Um dos principais agentes dessa mudança são os professores. O papel do professor pode ser visto como o de alguém que provoca o desequilíbrio nas relações do aluno com o mundo, através de perguntas, desafios, questionamentos, e ao mesmo tempo oferece o apoio necessário para que ele, diante de conflitos cognitivos desenvolva uma ação auto-organizadora.

Nessa perspectiva, a educação para o empreendedorismo compreende uma gama de concepções e práticas que as instituições e os profissionais da educação devem adotar no seu dia-a-dia. O ponto de partida não é o ensino das questões técnicas ligadas a como abrir uma empresa, mas sim o trabalho para externar as potencialidades individuais dos educandos e seu reconhecimento como protagonistas de sua história. Esse é o início da trajetória de qualquer empreendedor.

Destarte, o capital humano^[6] e o capital social^[7] são os principais elementos de geração de riqueza no século XXI (e não o capital simbolizado por dinheiro e máquinas), e o maior bem de produção passa a ser a inteligência. Dolabela (2003) acredita que daí vem a importância maior das pessoas, cuja capacidade de transformar ideias em valor sobrepõe os antigos indicadores de quantidade. Mas para tanto, faz-se fundamental o desenvolvimento das habilidades empreendedoras.

4.2 O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES EMPREENDEDORAS

Conforme Dolabela (2003) todos nós nascemos com enorme potencial criativo e, portanto, empreendedores. Mas deixamos de sê-lo ao decorrer da vida, devido aos valores antiempreendedores na educação, nas relações sociais e a toda cultura comportamental conservadora na qual vivemos. Nesse sentido, é preciso distinguir a educação empreendedora voltada para crianças e para adultos: Dolabela (2003, p.16) afirma que para estes “é necessário libertar, enquanto para aquelas trata-se de impedir o aprisionamento”.

Para Morin (2003) é dever da educação favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver problemas, estimulando a inteligência plena. Mas quais seriam essas “aptidões naturais”? Dolabela (2003) mostra que o *know-how* vem sendo substituído pela capacidade de gerar novos conhecimentos a partir de uma base de experiência. Esse “tino para os negócios” – capacidade de identificar oportunidades – está deixando de ser visto como um talento inexplicável ou um dom divino para se tornar uma habilidade imprescindível a qualquer indivíduo, independente da classe social.

Dolabela (2003) detalha quais tipos de habilidades devem ser trabalhadas na educação para o empreendedorismo, destacando a: criatividade; autonomia; comprometimento; liderança; alta tolerância a ambiguidades e incertezas; ousadia para assumir riscos; valorização da comunidade, e análise de contexto.

A criatividade é uma das aptidões mais importantes nesse cenário. Haetinger (2012, p.22) assevera que ela “é ao mesmo tempo comportamento, qualidade, processo e produto. É a base do ato de liberdade, ou melhor, da ação libertadora, é fator determinante na formação do senso crítico”. Torre (2008, p.35) acrescenta ainda que a educação pode criar homens livres desde “que se desenvolva neles a criatividade. Somente assim, a liberdade externa, fictícia, se tornará interna, com a liberação de todas as possibilidades criadoras existentes em nós”. Desta forma, a criatividade pode ser a base, o meio e o fim no processo de ensino-aprendizagem, e sua magia reside na possibilidade de autonomia e emancipação intelectual, além da autorrealização embebida nas águas da autoestima.

Para Alencar (2001) a escola tradicional faz com que as crianças aprendam, desde cedo, que para cada problema há uma única resposta correta, que deve ser memorizada com rapidez e eficiência. É muito pequeno, ou mesmo inexistente, o espaço destinado ao pensamento divergente e a questões que implicam uma multiplicidade de respostas. Nota-se também um espaço ínfimo para fantasia e para imaginação. Só é considerado o que pode ser quantificado. Nesse cenário, todo o potencial criativo, presente em toda criança, acaba sendo dolorosamente inibido e, por vezes, bloqueado pelo resto de sua vida.

Entretanto, a criatividade pode ser trabalhada em sala de aula a partir de situações problema, se possível, reais, onde o pensamento divergente possa ser mais valorizado que o convergente. Dentro da abordagem dos estudos da neurociência Herculano-Houzel (2013) mostra que na hora de descobrir um caminho alternativo o cérebro usa a si mesmo de outra maneira, reorganiza-o, usando uma base de experiências empíricas anteriores para produzir elementos novos. A imaginação depende dos sentidos, e os sentidos dependem da experiência, logo, a imaginação depende da experiência. Nesse sentido, o córtex pré-frontal exige que a criatividade seja estimulada junto com a experiência concreta. Por isso, é importante que a criatividade seja trabalhada em sala de aula a partir de situações reais, de forma que os alunos possam incorporar essas competências da melhor forma possível.

Gadotti (2003, p.42) corrobora com essa ideia ao afirmar que nós “aprendemos atuando, empreendendo, agindo. A ação gera saber, habilidade, conhecimento. Agindo, por exemplo, aprendemos técnicas e métodos sobre ‘como fazer’. Algumas vezes, por não termos sido formados para reconhecer tais competências, temos dificuldade em ensinar como fazemos e como obtivemos êxito no que fazemos. No entanto, isso não deve ser um obstáculo intransponível no processo educativo.

Por outro ângulo, Haetinger (2012) e Torre (2008) dissertam sobre a relação entre criatividade e liberdade. Para os autores, é importante que a educação possa desenvolver a capacidade criativa dos

alunos para que, assim, eles possam adquirir verdadeira autonomia intelectual e liberdade de pensamento. Caso contrário, a educação continuará formando sujeitos passivos, mecanizados, acríticos e disciplinados frente às estruturas de poder dominantes. A educação para o empreendedorismo intenta transformar essas relações, dando voz e vez ao educando como agente de transformação da própria realidade.

A criatividade é importante, pois exterioriza a singularidade de cada ser humano. Nietzsche (1999, p.01) refere-se ao homem como o milagre de uma única vez, ao afirmar que “todo homem [...] está no mundo somente uma vez, como um caso único, e que jamais o acaso, [...] reunirá uma segunda vez uma tão estranha diversidade multicolorida num todo tal como ele é”. Mas para descobrir isso, é preciso uma tarefa educativa para encontrar-se e construir-se. Edgar Morin (1999, p.05) também disserta sobre o tema, ao dizer que:

A auto-afirmação do sujeito (subjativa) é o ato pelo qual ele se apossa de suas possessões, o ato de apropriar-se de seu destino. Na consciência está o ato de auto-afirmação do sujeito e no ato de auto-afirmação do sujeito está o ato de auto-afirmação da consciência. Claro está que as concepções dominantes que ignoram o sujeito, a consciência, a criatividade, são incapazes de perceber a autonomia e a liberdade. O sujeito está no centro da autonomia humana: nele está a consciência, a reflexividade, a existencialidade.

Morin relata que a autoafirmação do sujeito precisa passar pelas concepções dominantes que, por vezes, o incapacitam de experimentar a autonomia e a liberdade. Assim, para conhecer a si, é preciso deixar de ser o “homem massa”, ao qual Ortega y Gasset se referia ^[8], e nos aproximar da “lei fundamental de nosso ser” – o conjunto de elementos que nos preenchem, aquilo que nos atrai e deixa feliz, sendo, pois o verdadeiro “eu” algo que não está dentro de nós, mas acima e em volta.

Quanto à capacidade de tolerância à incertezas, Morin (2005, p.205) afirma que “perturba muitos espíritos, mas exalta outros, incita a pensar aventurosamente [...]. Incita a incitar o saber estabelecido que se impõe como certo. Incita ao autoexame e a tentativa de autocrítica”. E diante disso, Dolabela (2003, p.59) declara que “o empreendedor não pode ser construído, mas apenas motivado a construir-se. Por exemplo, como ensinar a ser perseverante?”. Somos comprometidos somente diante de algo que nos fascina, que nos desperta curiosidade e interesse. Por isso é fundamental que o professor, no exercício do processo de ensino-aprendizagem, dê liberdade e autonomia e motivação para que o aluno possa descobrir quem é, o que o fascina, e que é capaz de fazer.

Muitas crianças já trazem consigo o espírito autônomo. Outras precisam de ajuda para edificá-lo. Morin (1999, p.13) fala que isso é possível através de:

[...] integração e lições das experiências de vida; - capacidade de adquirir, capitalizar, explorar a experiência pessoal (claro que com a possibilidade de muitos erros e ilusões), curiosidades e aberturas rumo ao que está além (do dito, conhecido, ensinado, recebido); - capacidade de aprender por si mesmo (autodidatismo); - aptidão para problematizar; - prática de estratégias cognitivas (as estratégias envolvem sempre uma interação entre decisões e ações autônomas e condições exteriores incertas); - invenção e criação, que revelam o caráter não trivial da mente humana; - possibilidade de verificar o erro e eliminá-lo; - consciência reflexiva [...] e, no caso do indivíduo, a capacidade de se autoconhecer, autopensar-se, autojulgar-se; - consciência moral.

No entanto, a educação tradicional tende a valorizar outro tipo de competência: a técnica, também como conhecida como inteligência lógico-matemática. No entanto, Gardner (1995) aponta para a existência de não apenas, uma, mas oito inteligências (chamada Teoria das Inteligências múltiplas): lógico-matemática, linguística, espacial, musical, cinestésica/corporal, interpessoal, intrapessoal e naturalista. Para o autor, todo ser humano possui essas competências, mas algumas delas tendem a estar mais desenvolvidas em alguns indivíduos do que em outros, devido aos estímulos que as crianças recebem no ambiente cultural em que vivem. A educação para o empreendedorismo foca em potencialidades, podendo abarcar todas as inteligências supracitadas, sobretudo, a inter e intrapessoal, essenciais para a formação da atitude empreendedora.

Outra habilidade empreendedora primordial é a valorização da comunidade, seja ela representada pelos colegas de classe, pelo bairro, pela cidade ou pela comunidade global. Um simples empresário ou um técnico não precisam estar atentos aos anseios da comunidade, mas o empreendedor sim. É preciso desenvolver nas crianças a sensibilidade de compreensão do próximo. Entender o que gostam, não gostam, precisam e sonham. Além de uma competência empreendedora, essa noção de interdependência entre indivíduo e sociedade também deve ser vista como uma habilidade humana básica a ser desenvolvida em todas as etapas do ensino, na tentativa de combater a formação individualista inerente à educação tecnicista. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, em Brasil (1998, p.10), dissertam sobre essa temática ao abordar a relevância de:

[...] mostrar a importância da participação da comunidade na escola, de forma que o conhecimento apreendido gere maior compreensão, integração e inserção do mundo; a prática escolar comprometida com a interdependência escola-sociedade tem como objetivo situar as pessoas como participantes da sociedade – cidadãos - desde o primeiro dia de sua escolaridade.

Além das habilidades empreendedoras destacadas por Dolabela (2003), há ainda um fator crucial para a formação do empreendedor: a educação financeira, que deve ser trabalhada de forma progressiva de acordo com cada faixa etária. Hill (2009, p.29) a define como “a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida”. Modernell (apud Pereira, et al, 2009) explica que, quando direcionada à crianças, podemos definir a educação financeira como sendo dicas para ajudá-las e lidar com o dinheiro de forma consciente agora e no futuro.

De acordo com Kioyosaki (2000) para ganhar dinheiro é imprescindível a alfabetização financeira, caso contrário, não importa o quanto você ganhe, gastará tudo rapidamente e terminará pobre. Logo, tão importante quanto ganhar dinheiro, é saber como mantê-lo.

Modernell (2012) fala ainda que a educação financeira – e seus constantes exemplos concretos – deve ensinar os alunos a diferenciar necessidades e desejos momentâneos, além de aprender que podem sonhar com um futuro financeiro melhor, desde que aprendam a fazer as escolhas corretas, aproveitem as oportunidades, busquem formação e informação, criem hábitos financeiros saudáveis afastados do consumismo desenfreado, mas que também possam desfrutar dos benefícios que o dinheiro pode oferecer, desde que não se tornem escravos dele. Portanto, é preciso estimular uma relação saudável entre o aluno e o uso do dinheiro.

As habilidades empreendedoras devem ser trabalhadas tanto de forma segmentada como unificada. Dolabela (2003) sugere que o professor promova atividades específicas para o desenvolvimento de cada

habilidade, mas concomitantemente, proporcione aos alunos situações onde todas as habilidades possam ser trabalhadas juntas, através, por exemplo, de feiras de exposições e vendas aos pais e responsáveis, onde os alunos precisarão ser criativos na escolha do produto ou serviço oferecido, além de estarem preparados para eventuais insucessos, trabalharem a autonomia e liderança na organização do ambiente, e desenvolverem suas habilidades financeiras, percebendo os frutos que a iniciativa empreendedora pode trazer.

O ideal é que nesse tipo de projeto, o dinheiro recolhido possa ser doado às instituições de caridade ou tenha fins semelhantes, pois como Steiner (1961) aponta, numa comunidade a satisfação e a autorrealização individual crescerá na medida em que emanar os ideais de fraternidade e solidariedade.

Outra possibilidade de materialização da educação para o empreendedorismo é o “Mapa do Sonho”. Dolabela (2003) o apresenta como uma espécie de plano de negócios e, ao mesmo tempo, esquematização dos procedimentos necessários à realização do sonho. Se o aluno deseja, por exemplo, ter um trabalho onde possa cuidar dos animais, no mapa do sonho ele irá detalhar o que precisaria fazer para conseguir isso (algumas opções seriam ter uma clínica veterinária, uma ONG ou uma empresa) como e quando irá fazer e com a ajuda de quem. Assim, os sonhos passam a ser atrelados às possibilidades de tornar o empreendedorismo real, unindo trabalho e felicidade, mesmo que isso ainda esteja em um futuro distante para a vida do aluno. Com isso, torna-se possível ensiná-lo quais as ferramentas e habilidades necessárias para se tornar um empreendedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se melhor compreender os pressupostos da educação voltada ao empreendedorismo, além de perceber o quanto ela pode ser benéfica aos professores – que passam a ter métodos e objetivos claros em meio ao processo educativo –, aos alunos – que passam a se sentir protagonistas, mesmo diante à massificação do ambiente escolar –, e à sociedade – que volta a acreditar na escola como um caminho real para o sucesso e para renovação de esperanças em um futuro melhor.

A educação para o empreendedorismo, portanto, reconstrói sentidos e materializa sonhos, culminando com a emancipação social. Afinal, ela quebra o ciclo de negação da participação das camadas mais pobres no processo de geração de renda. Desta forma, quanto maior o número de indivíduos com domínio das habilidades empreendedoras, mais a nação por eles habitada será desenvolvida econômica e socialmente.

Propõe-se aqui, pois, um novo paradigma para o processo educativo, a fim de criar uma verdadeira cultura empreendedora que possa dar voz e vez aos excluídos e marginalizados socialmente, que por muito tempo foram tratados como meros instrumentos das relações do poder inerentes à sociedade hodierna. A escola precisa parar de formar somente mão de obra para operar as novas tecnologias, e concentrar-se em formar as mentes inovadoras que no futuro poderão gerá-las. Mas para isso, é basilar uma profunda reestruturação no ensino.

Deixa-se aqui, portanto, algumas contribuições para a área da Educação. Espera-se que outros profissionais possam se aprofundar no tema, explorando novas veredas voltadas à busca de sentido pelo ato educativo e à educação para a inovação, e em especial, para o empreendedorismo. Assim, quebramos barreiras da compartimentalização dos saberes científicos, trazendo um conceito da Administração para contribuir com a melhoria da dialogicidade entre escola e sociedade.

REFERENCIAS

ADAMS, R. et al. A revolução empreendedora global para um mundo mais horizontal. In: **A Criação de Novos Negócios: Empreendedorismo Para o Século XXI - 2ª Ed.** Rio de Janeiro: Campus, 2014.

ALENCAR, E. S.. **Criatividade e Educação de superdotado.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CATTANI, A. D.. **Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, quarta edição revista e ampliada.

BZUNECK, J. A; BORUCHOVITCH, E.; (orgs.). A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB nacional: Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (atualizada em 2017)**

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITO, F.; WEVER, L. **Empreendedores brasileiros: a experiência e as lições de quem faz acontecer.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CERQUEIRA, W. **"Taylorismo e Fordismo"**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm>>. Acesso em 18 de maio de 2017.

DEFFUNE, D.; DESPRESBITERIS, L.. **Competências, habilidades e currículos de educação profissional: crônicas e reflexões.** 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2002.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora.** São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: Transformando Idéias em Negócios,** 3ª ed.- Rio de Janeiro : Elsevier, 2008.

FONSECA, M. “O Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o caso brasileiro”. In: GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação,** Petrópolis, Vozes, 1997.

_____, J. C. A. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e Educação para Todos.** Juiz de Fora: Graal.1992.

_____. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido.** Novo Hamburgo: Feevale, 2003

GARDNER, H. **Estruturas da Mente: a Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

_____. **Inteligências Múltiplas: a Teoria na Prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GERBER, M. E. **Empreender fazendo a diferença**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

HAETINGER, M. G. **Aprendizagem Criativa: Educadores Motivados para enfrentar os novos desafios do novo século: educação a distância, redes de aprendizagem, criatividade e motivação**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

HERCULANO-HOUZEL, S.. **Criatividade é usar o cérebro de um jeito diferente**. Viver Mente, 2013. Disponível em: <<www2.uol.com.br/vivermente/criatividade_e_usar_o_cerebro_de_um_jeito_diferente.html>> Acesso em 24 abr de 2017.

HILL, N. **Quem pensa enriquece**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

KAUFMAN, L. **Passaporte para o ano 2000**. São Paulo: Makron Books, 1990.

KIOYOSAKI, R. T.; LECHTER S. L – **Pai Rico, pai pobre: o que os ricos ensinam aos seus filhos sobre dinheiro**. 66º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MARQUES, J. R. **O que é know how**. Instituto Brasileiro de Coaching, 2016.

Disponível:<<<http://www.ibccoaching.com.br/portal/vida-profissional/o-que-e-know-how/>>>. Acesso em 18 jan 2017.

MENDES, M. T. T.. **Educação Empreendedora: Uma Visão Holística do Empreendedorismo na Educação**. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa (Mestre em Ciências da Educação). Lisboa, 2011.

MODERNELL, A. **Por que educação financeira para crianças?** Disponível em: <<<http://www.maisativos.com.br/index.php?ac=leiamais&ar=50>>> Acesso em: 19 Jan. 2018.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. 4 ed. Porto Alegre: Sulina. Jan.2011.

_____. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 82 ed. Rio de Janeiro: Bertrand; Brasil,2005

_____. **A cabeça bem feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:

Unesco.2000.

ORTEGA Y GASSET, J. A **Rebelião das Massas**. Rio de Janeiro: Livro ibero-americano, 1962.

PEREIRA, D. H. et al. **A educação financeira infantil seu impacto no consumo consciente**. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdades Integradas Campos Salles, São Paulo, 2009.

SEBRAE - **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<<https://sgcwem.pr.sebrae.com.br/PortalSebrae/Contato>>> Acesso em 04 de fev de 2017.

SIMMEL, G. “O indivíduo e a liberdade”. In: J. SOUZA e B. OËLZE, orgs. **Simmel e a Modernidade**. Brasília, Editora da UNB, 1998.

Steiner, R. **Economia Viva** – o mundo como organismo econômico único. 14 palestras proferidas em Dornach, Suíça, de 24/6 a 6/8/1922, GA 340. Trad. H. Wilda. São Paulo: Ed. Antroposófica, 1961.

TORRE, S. D. L. **Criatividade Aplicada: Recursos para uma formação criativa**. São Paulo: Madras, 2008.

1. Segundo Cerqueira (2017) Taylorismo e Fordismo são formas de organização da produção industrial que revolucionaram o trabalho fabril durante o século XX. Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915) desenvolveu um conjunto de métodos para a produção industrial que ficou conhecido como taylorismo. De acordo com Taylor, o funcionário deveria apenas exercer sua função/tarefa em um menor tempo possível durante o processo produtivo, não havendo necessidade de conhecimento da forma como se chegava ao resultado final. Sendo assim, o taylorismo aperfeiçoou o processo de divisão técnica do trabalho, sendo que o conhecimento do processo produtivo era de responsabilidade única do gerente. Henry Ford (1863 – 1947), por sua vez, desenvolveu o sistema de organização do trabalho industrial denominado fordismo. A principal característica do fordismo foi a introdução das linhas de montagem, na qual cada operário ficava em um determinado local realizando uma tarefa específica, enquanto o automóvel (produto fabricado) se deslocava pelo interior da fábrica em uma espécie de esteira. Com isso, as máquinas ditavam o ritmo do trabalho.

2. Marques (2017) mostra que o *Know-how* é um termo em inglês que significa “saber como” ou “saber fazer”. Refere-se ao conjunto de conhecimentos técnicos e práticos (fórmulas, tecnologias, técnicas, procedimentos, etc.) a respeito de uma determinada atividade.

3. Os países que recorrentemente estão entre os primeiros lugares em todas as áreas do conhecimento no exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) – Xangai, Hong Kong, Cingapura, Japão, Coreia do Sul, Finlândia, Canadá, Irlanda, Austrália, Holanda (EBC, 2013), por exemplo –, também estão entre os primeiros lugares em pesquisas que medem o Índice de Desenvolvimento Humano (JAHAN, 2015).

4. Capital Humano: desenvolvimento das potencialidades humanas.

5. Capital Social: capacidade dos membros de uma comunidade se associarem e se organizarem em torno da solução de seus problemas e da construção de sua prosperidade social e econômica (DOLABELA,

2003, p.50).

6. Não se entenda, pois, por massas só nem principalmente “as massas operárias”. Massa é “o homem médio”. Deste modo se converte o que era meramente quantidade – a multidão – numa determinação qualitativa: é a qualidade comum, é o mostrengo social, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens, mas que repete em si um tipo genérico. [...] A rigor, a massa pode definir-se, como fato psicológico, sem necessidade de esperar que apareçam os indivíduos em aglomeração. Diante de uma só pessoa podemos saber se é massa ou não. Massa é todo aquele que não se valoriza a si mesmo [...] que se sente “como todo o mundo”, e, entretanto, não se angustia, sente-se à vontade ao sentir-se idêntico aos demais (ORTEGA Y GASSET, 2003, p.19).

^{1. [1]} Graduada em Licenciatura em Pedagogia (UEA). ^[2] Especialista em Gestão Escolar (UNIASSELVI) RECEBIDO : DEZEMBRO, 2018

APROVADO: SETEMBRO, 2018